



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 14/09/2018



ONU convida instituições para mês de mobilização sobre desenvolvimento urbano sustentável

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) convida instituições brasileiras a participar das celebrações do Outubro Urbano. O mês tem esse nome porque começa com a comemoração do Dia Mundial do Habitat, na primeira segunda-feira de outubro, esse ano com o tema “Gestão Municipal de Resíduos Sólidos”, e termina com a celebração do Dia Mundial das Cidades, a cada 31 de outubro.

Em 2018, as atividades do Dia Mundial das Cidades terá o tema “**Construindo cidades sustentáveis e resilientes**”.

Para comemorar as datas, o ONU-Habitat no Brasil promoverá o Circuito Urbano 2018: uma série de eventos que ocorrerão em setembro, outubro e novembro em todo o país. As iniciativas inscritas serão selecionadas e divulgadas nas redes sociais da agência das Nações Unidas, como parte do Circuito. As atividades também receberão apoio institucional do ONU-Habitat.

Os eventos que forem realizados no mês de outubro serão registrados na base de atividades globais do ONU-Habitat do Outubro Urbano 2018 e aparecerão no website do organismo internacional.

Para inscrever eventos no Circuito Urbano, preencha o formulário online [clikando aqui](#).

Prazo para cadastrar atividades é 15 de outubro.

Para mais informações, envie um e-mail para brasil@onuhabitat.org com o assunto "Circuito Urbano 2018".

FONTE: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSco37qMXGT6-YbBzl3mBCzHjw7Fb5XmiSs9pdFzACHz6TfDFA/viewform>



Resiliente, mas de cuja perspectiva? Comparação like-for-like das avaliações objetivas e subjetivas da resiliência

Este artigo compara formas objetivas e subjetivas de avaliar a **resiliência**, um conceito que rapidamente ganhou destaque entre a comunidade internacional de desenvolvimento. Este documento enfoca as medidas de **resiliência** das famílias a uma série de riscos. Os autores introduzem um novo método de avaliação subjetiva chamado de Subjetiva auto-avaliada Resilience Score (SERS). Usando uma pesquisa de 2.308 domicílios no norte de Uganda, eles atribuíram uma série de módulos SERS ao lado de um módulo objetivo tradicional de medição de **resiliência**. Isso permitiu comparações semelhantes às pontuações de **resiliência** avaliadas objetiva e subjetivamente pela primeira vez.

Os resultados da pesquisa sugerem que existe uma relação moderada entre os módulos objetivo e subjetivo, com os escores da SERS demonstrando influências positivas semelhantes nos principais componentes da **resiliência** objetivamente avaliada. Embora ambos os módulos compartilhem muitos dos mesmos fatores subjacentes, há diferenças notáveis, particularmente no que diz respeito a associações com estratégias de enfrentamento, níveis de educação e exposição a choques anteriores. Os pesquisadores também investigam diferentes maneiras de caracterizar a **resiliência** avaliada subjetivamente e encontram poucas áreas de divergência.

Até o momento, a medição de **resiliência** tem dependido fortemente de ferramentas e abordagens objetivas. Referem-se a práticas de medição que são independentes do julgamento e das perspectivas dos que estão sendo avaliados (seja no que diz respeito a como a **resiliência** é definida ou avaliada). Mais recentemente, acadêmicos e profissionais propuseram uma série de abordagens subjetivas. Eles seguem uma abordagem contrastante - buscando fatorar os próprios julgamentos e avaliações das pessoas diretamente no processo de mensuração: eles fazem uso das percepções das pessoas sobre o que **resiliência** significa para elas e contam com autoavaliações de sua própria capacidade de lidar com riscos. Embora ambas as abordagens tenham seus pontos fortes e fracos, pouco se sabe sobre como os modos objetivos e subjetivos de avaliação se comparam.

Os resultados destacam a necessidade de os kits de ferramentas de medição existentes prestarem mais atenção à seleção de indicadores preexistentes e oferecem

oportunidades para combinar métodos subjetivos e objetivos de avaliação da resiliência.

FONTE: <http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2018/09/working-paper-303-Jones-DErrico.pdf>



O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo: Construindo resiliência climática para segurança alimentar e nutricional

O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição Mundial foi lançado em setembro de 2017, marcando o início de uma nova era no monitoramento do progresso para alcançar um mundo sem fome e desnutrição, no âmbito dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Este relatório monitora o progresso em direção às metas de acabar com a fome (Meta 2.1 do ODS) e todas as formas de desnutrição (Meta 2.2) e fornece uma análise das causas e impulsionadores subjacentes das tendências observadas. Embora a prevalência da desnutrição esteja na vanguarda do monitoramento da fome, a prevalência de insegurança alimentar grave - baseada na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) - foi apresentada no ano passado para fornecer uma estimativa da proporção da população que enfrenta sérios capacidade de obter alimentos seguros, nutritivos e suficientes.

Além do conflito e da violência em muitas partes do mundo, os ganhos obtidos no combate à fome e à desnutrição estão sendo corroídos pela variabilidade climática e pela exposição a extremos climáticos mais complexos, frequentes e intensos, como mostrado na Parte 2 deste relatório. A fome é significativamente pior em países com sistemas agrícolas que são altamente sensíveis à variabilidade de chuvas e temperaturas e secas severas, e onde o sustento de uma alta proporção da população depende da agricultura. Se quisermos alcançar um mundo sem fome e desnutrição em todas as suas formas até 2030, é imperativo acelerar e ampliar as ações para fortalecer a **resiliência** e capacidade de adaptação dos sistemas alimentares e meios de vida das pessoas em resposta à variabilidade e extremos climáticos.

A construção da **resiliência** climática exigirá que a adaptação à mudança climática e a redução e gestão do risco de desastres sejam integradas às políticas, programas e práticas de curto, médio e longo prazo. Os governos nacionais e locais podem encontrar orientações sobre os resultados e recomendações das plataformas de políticas globais existentes: mudanças climáticas (regidas pela UNFCCC e pelo Acordo de Paris de 2015); redução do risco de desastres (**a Estrutura de Sendai sobre Redução do Risco de Desastres**); resposta humanitária de emergência (**a Cimeira Humanitária Mundial 2016 e o Grande Acordo**); melhor nutrição e dietas saudáveis (a Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição [ICN2] e a Década de Ação das Nações Unidas sobre

Nutrição 2016–2025); e desenvolvimento como parte da abrangente Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, muitas dessas plataformas de políticas globais ainda estão muito compartimentadas e não estão bem alinhadas. Portanto, devemos fazer mais para trabalhar no sentido de uma melhor integração dessas plataformas para garantir que as ações entre e dentro de setores como meio ambiente, alimentos, agricultura e saúde, busquem objetivos coerentes para enfrentar os impactos negativos e ameaças que mudam a variabilidade climática e o aumento do clima os extremos representam a segurança alimentar das pessoas, o acesso a dietas saudáveis, nutrição segura e saúde.

FONTE: <http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>



Descobrimo 'comunidade': Desafiando um conceito indescritível em desenvolvimento e trabalho relacionado a desastres

Este artigo tem como objetivo analisar a forma como o conceito de 'comunidade' entrou na moda e refletir criticamente sobre os problemas que vêm com ele. Este artigo levanta dúvidas significativas sobre a utilidade da 'comunidade' no trabalho relacionado ao desenvolvimento e ao desastre.

A abordagem é primeiro considerar como a 'comunidade' se tornou popular na pesquisa e com agências humanitárias e outras organizações com base no que pode ser considerado uma 'licença moral' que supostamente garante que as ações que estão sendo tomadas sejam genuinamente centradas nas pessoas e eticamente justificadas. O artigo então explora várias abordagens teóricas para 'comunidade', destaca o vasto escopo de diferentes (e contestadas) visões sobre o que 'comunidade' implica, e explica como 'comunidade' está estruturando tentativas práticas para mitigar a vulnerabilidade e desigualdade.

Este artigo demonstra como essas tentativas geralmente são fúteis e, às vezes, prejudiciais, devido à falta de clareza dos conceitos de "comunidade" e seu fracasso inerente em lidar com as causas-raiz da vulnerabilidade. A partir de duas posições antagônicas, este artigo finalmente defende formas mais significativas de reconhecer as visões e necessidades das pessoas vulneráveis apropriadamente.

Em todas as áreas de trabalho acadêmico ou prático **relacionado ao risco de desastres, mudança climática** e desenvolvimento de forma mais geral, a comunidade e seus agregados baseados na comunidade tornaram-se a terminologia padrão quando se referem ao nível local ou trabalham “com as pessoas”. Os termos são aplicados extensivamente para destacar o que se acredita ser uma abordagem centrada nas

pessoas, participativa ou de base. Hoje, apesar de, ou devido à sua ambiguidade inerente, a 'comunidade' tende a ser usada quase que de forma inflacionária.

FONTE: <http://www.mdpi.com/2075-4698/8/3/71/htm>



Implementando transferências emergenciais de renda: a experiência filipina em resposta aos desastres de 2016/17

Em todo o mundo, existe um ciclo interminável de produção de políticas inovadoras que sejam relevantes e responsivas aos complexos problemas atuais de redução e mitigação do risco de desastres. Muitas evidências estão apontando para o paradigma de mudança na resposta às emergências. A principal delas é a crescente aceitação das transferências de renda como uma ferramenta de resposta a desastres. As Filipinas não estão alheias a este paradigma em desenvolvimento. Considera-se que as Filipinas tenham um dos sistemas de proteção social (SP) mais avançados da região do Leste Asiático Pacífico. Esses sistemas de PS são projetados para ajudar as famílias pobres a gerenciar riscos e choques. Atualmente, existem diferentes tipos de transferências monetárias sendo usadas pelos programas do Departamento de Previdência Social e Desenvolvimento (DSWD). Estes incluem: (1) o programa de transferência condicional de dinheiro (CCT) de Pantawid Pamilya; (2) o Programa de Subsistência Sustentável (SLP) usando dinheiro por trabalho; e, (3) o programa National Community Driven Development (NCDD). Esses programas usam várias modalidades e mecanismos para transferências de renda em diferentes estágios do cronograma pós-desastre. No entanto, o elemento SP do gerenciamento de risco de desastres do DSWD e as intervenções de resposta podem ser significativamente melhorados, especialmente se forem usados como uma ferramenta de resposta durante desastres.

FONTE: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30061/127471-PN-PUBLIC-SPL-Policy-Note-15-ECT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Adaptação eficaz ao risco crescente de inundação

Este artigo fornece uma breve visão geral dos desafios para uma adaptação efetiva ao risco de inundação, a fim de reduzir as perdas econômicas em todo o mundo. O artigo descreve os tipos de adaptação, incluindo medidas físicas de proteção contra

inundações, soluções baseadas na natureza e infraestrutura 'cinza'. Também destaca os principais desafios ao financiamento do risco residual de inundação, nomeadamente a reparação e recuperação de danos causados pelas cheias. O artigo também enfatiza a importância de entender com precisão a percepção de risco e o comportamento humano na mitigação do risco de inundação.

FONTE: <https://www.nature.com/articles/s41467-018-04396-1#article-info>



Estudos de casos sobre clima-ADAPT 10: como a Europa está se adaptando às mudanças climáticas

Esta coleção de 10 estudos de caso europeus mostra medidas que já estão sendo realizadas na Europa para aumentar a resiliência a eventos climáticos extremos e de início lento, bem como melhorar a adaptação à mudança climática.

As políticas e ações de adaptação às alterações climáticas estão a ser cada vez mais desenvolvidas e implementadas a nível da UE, transnacional, nacional e urbano. Os estudos de caso desempenham um papel importante no apoio aos decisores locais e regionais nos seus esforços para lidar com os efeitos das alterações climáticas, demonstrando a implementação de medidas reais de adaptação. Essas medidas são frequentemente iniciadas para atender a uma série de objetivos políticos e trazer co-benefícios, como restauração de habitat, preservação da biodiversidade, redesenvolvimento urbano, melhoria da saúde e bem-estar nas cidades e redução do risco de desastres, bem como adaptação às mudanças climáticas. **resiliência.**

FONTE: https://climate-adapt.eea.europa.eu/about/climate-adapt-10-case-studies-online.pdf?utm_medium=email&utm_campaign=European%20Climate%20Adaptation%20Newsletter%2022nd%20ISSUE&utm_content=European%20Climate%20Adaptation%20Newsletter%2022nd%20ISSUE+CID_1459c26c07bdf0461ac7af5a5a45ee4f&utm_source=EEA%20N

ScienceDirect

Como as cidades estão planejando responder às mudanças climáticas? Avaliação dos planos climáticos locais de 885 cidades da UE-28

Este documento relata o estado do planeamento local para as alterações climáticas através da recolha e análise de informações sobre planos locais de mitigação e adaptação ao clima em 885 áreas urbanas da UE-28. Foi desenvolvida uma tipologia e um quadro de análise que classifica os planos climáticos locais em termos do seu alinhamento com as políticas espaciais (locais, nacionais e internacionais) e outras

relacionadas com o clima. Dos oito tipos de planos climáticos locais identificados no total, documentamos três tipos de planos climáticos locais autônomos classificados como tipo A1 (planos produzidos autonomamente), A2 (planos produzidos para cumprir as regulamentações nacionais) ou A3 (planos desenvolvidos para clima internacional). redes).

Existe uma grande variação entre os países na prevalência dos planos climáticos locais, com geralmente mais planos desenvolvidos pelas cidades do centro e do norte da Europa. Aproximadamente 66% das cidades da UE têm um plano de mitigação do tipo A1, A2 ou A3, 26% um plano de adaptação e 17% um plano conjunto de adaptação e mitigação, enquanto cerca de 33% não possuem qualquer plano climático local independente o que classificamos como planos A1, A2, A3). Planos de mitigação são mais numerosos do que planos de adaptação, mas o planejamento para a mitigação nem sempre precede o planejamento para a adaptação.

A análise deste artigo revela que o tamanho da cidade, a legislação nacional e as redes internacionais podem influenciar o desenvolvimento de planos climáticos locais. Descobrimos que o tamanho importa, pois cerca de 80% das cidades com mais de 500.000 habitantes têm uma mitigação abrangente e independente e / ou um plano de adaptação (A1). Cidades de quatro países com legislação climática nacional (A2), Dinamarca, França, Eslováquia e Reino Unido, têm quase duas vezes mais chances de produzir planos de mitigação local e cinco vezes mais probabilidade de produzir planos de adaptação local em comparação com as cidades dos países. sem essa legislação. Os planos de mitigação A1 e A2 são particularmente numerosos na Dinamarca, Polônia, Alemanha e Finlândia; enquanto os planos de adaptação A1 e A2 são predominantes na Dinamarca, Finlândia, Reino Unido e França. A integração da adaptação e mitigação é específica do país e pode ser observada principalmente em dois países onde os planos climáticos locais são obrigatórios, ou seja, a França e o Reino Unido. Finalmente, os planos climáticos locais produzidos para redes climáticas internacionais (A3) são encontrados principalmente em muitos países onde os planos autônomos (tipo A1) são menos comuns.

Esta é a análise mais abrangente do planejamento climático local até o momento. Os resultados são de importância internacional, pois informarão e apoiarão a tomada de decisões para o planejamento climático e o desenvolvimento de políticas nos níveis nacional, da UE e global, com base no conhecimento mais abrangente e atualizado do planejamento climático local disponível até o momento.

FONTE: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652618308977?via%3Dihub>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>